



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES | | |
|--|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Audiência Pública e Reunião Ordinária Deliberativa | Nº: 1379/12 | DATA: 30/10/2012 |
| INÍCIO: 15h06min | TÉRMINO: 17h25min | DURAÇÃO: 02h19min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h19min | PÁGINAS: 46 | QUARTOS: 28 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO CÉSAR MACHADO - Capitão dos Portos da Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental — CFAOC.
LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Chefe do Departamento de Registro, Fiscalização e Estatística da Empresa Estadual de Turismo do Estado do Amazonas — AMAZONASTUR.

SUMÁRIO: Debate sobre denúncias de turismo sexual na Amazônia, com a participação de empresas do turismo de pesca da região, e acerca de vídeo sobre pedofilia na Internet veiculado pelo programa CQC, da Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. Apreciação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Não houve expressa concessão de palavra a alguns oradores.
Há palavra ou expressão ininteligível.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Neste momento, vamos começar a nossa reunião de audiência pública. Nesse meio tempo vamos esperar que os demais Deputados possam dela participar.

Nós queremos informar que foram distribuídas aos Deputados e Deputadas as sínteses das correspondências recebidas na Comissão. Os originais encontram-se sempre para consulta na Secretaria da CPI.

Nós tínhamos convidado para esta audiência pública o Vereador Elias Emanuel Rebouças de Lima, que é Presidente da Comissão de Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso da Câmara Municipal de Manaus, Estado do Amazonas, mas ele não pôde comparecer neste momento.

Vamos, então, fazer a audiência pública com os nossos convidados que estão aqui conosco, para que possamos fazer uma boa discussão acerca da realidade que nos tem chegado, de forma muito cruel, no Estado do Amazonas e, particularmente, na cidade de Manaus.

Tendo em vista a distribuição das atas da 14ª e 15ª Reuniões a todos os membros presentes, eu pergunto se há necessidade de suas leituras.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Eu pediria à nobre Presidente, já que foram distribuídas entre os Deputados, que sejam elas dispensadas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, então, eu autorizo a dispensa da leitura das atas, a pedido do Deputado Padre Linhares.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Então, portanto, os que as aprovam fiquem como se encontram. *(Pausa.)*

As atas foram aprovadas.

Bom, vou então chamar, para podermos dar início à nossa audiência pública, o Capitão de Mar e Guerra Paulo César Machado, que é Capitão dos Portos da Amazônia Ocidental, da Marinha do Brasil, e chamar, ainda, a Chefe do Departamento de Registro, Fiscalização e Estatística da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas — AMAZONASTUR, Luciana Vieira de Souza.

Agradeço a presença de vocês.



Vamos, então, estabelecer o seguinte procedimento aqui. Nós vamos, inicialmente, fornecer, ou seja, disponibilizar um prazo de 15 minutos para cada um dos expositores. Em seguida, vamos solicitar à Relatora que possa fazer as suas considerações e as suas indagações e, depois, disponibilizar para o conjunto dos Deputados que se encontrarem presentes e quiserem fazer uso da palavra.

Podemos combinar assim? (*Pausa.*)

Então, passo inicialmente a palavra ao Capitão de Mar e Guerra Paulo César Machado, que é Capitão dos Portos da Amazônia Ocidental, da Marinha do Brasil.

O senhor dispõe de até 15 minutos.

O SR. PAULO CÉSAR MACHADO - Boa tarde a todos.

Eu é que agradeço o convite para participar desta audiência. Este assunto é importante para todos.

Inicialmente, eu queria externar o posicionamento da Marinha em relação a essas denúncias, ou seja, como a Marinha procede na qualidade de Autoridade Marítima.

A Marinha do Brasil é a autoridade marítima brasileira, em razão de uma atribuição subsidiária constante de uma lei complementar de 1999. Decorrente dessa lei, nós temos a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, conhecida como LESTA, e seu regulamento, que é o RLESTA.

Então, de uma forma bem genérica, o que essa lei coloca é que a competência da Marinha como autoridade marítima se restringe a verificar a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana e a prevenção da poluição hídrica.

As Capitânicas dos Portos são agentes da autoridade marítima, ou seja, nós somos a linha de frente.

No meu caso, na Capitania dos Portos da Amazônia Ocidental, a minha jurisdição é de quatro Estados: Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre.

Temos, atualmente, dentro da Amazônia Ocidental, além da própria Capitania, oito agências subordinadas e vamos criar, em dezembro vai ser inaugurada, a nona agência em Cruzeiro do Sul. Ou seja, temos uma estrutura que procura cobrir toda a Amazônia Ocidental. No entanto, como eu já falei, a nossa



competência legal é em relação a estes três aspectos. Só repetindo: segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição hídrica.

Então, as nossas fiscalizações são feitas com base nessa lei.

Para os senhores terem uma ideia, este ano, na nossa estatística até o final do mês de setembro, nós já fizemos a abordagem de quase 21 mil embarcações. Dessas 21 mil embarcações — isso em toda a Amazônia Ocidental —, nós já fizemos a notificação de 4 mil e apreendemos quase 1.100 embarcações. Agora, nossas notificações e apreensões foram todas com base nesses aspectos de segurança da navegação.

Obviamente que, quando nós nos deparamos, durante alguma fiscalização, com qualquer tipo de ilícito, seja tráfico de armas, de munição, de drogas, seja até alguma coisa que configure exploração sexual, nós não fechamos os olhos, nós acionamos as autoridades competentes: a Polícia Federal e a Polícia Militar.

Eu posso adiantar que eu não tenho notícia recente de, durante essa fiscalização, termos encontrado nenhum caso de exploração sexual. Isso podemos assegurar. Não quero dizer com isso que não exista. Temos notícia de que existe. Mas em nossas abordagens não verificamos qualquer tipo de situação como essa, inclusive porque, para nossos inspetores, que são preparados para fazer fiscalização naqueles aspectos que eu citei ainda há pouco, eu acho que teriam dificuldade de configurar um caso de exploração sexual.

Não basta olhar uma menina numa embarcação para se configurar isso. Não é fácil. Uma pessoa não preparada para esse tipo de ação pode cometer erros e isso acabar se revertendo contra a Marinha.

Além disso, quer dizer, além de fazer a fiscalização, é importante citar que nós cooperamos e contribuímos com vários órgãos durante a nossa fiscalização. Então, a Marinha tem convênios e faz parcerias. Durante todo o ano, nós contribuímos e fazemos ações conjuntas com, por exemplo, o Ministério Público do Trabalho e o Juizado da Infância e da Juventude. Só para citar, todo ano, no final do mês de junho, nós temos uma operação chamada Operação Parintins, que é uma fiscalização muito intensa, é a maior operação desse tipo em todo o Brasil. Nós fazemos essa fiscalização todo final do mês de junho, montamos postos de



fiscalização e convidamos vários órgãos para participarem dessa nossa fiscalização, obviamente cada um dentro da sua área de competência.

Então, só para citar, este ano nós tivemos no nosso posto — que convidamos e participaram — Polícia Militar, Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Conselho Tutelar, Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania, Agência Nacional de Transporte Aquaviário, Superintendência Regional de Trabalho e Emprego, IBAMA e Juizado da Infância e Juventude.

Convidamos outros órgãos que simplesmente ficaram de prontidão, não ficaram fisicamente no nosso posto.

Durante toda operação as embarcações — e todas as embarcações param nesse posto — são verificadas por todos esses órgãos. Então, isso é uma forma de a Marinha dar sua contribuição para todos, já que temos o meio, temos embarcações. E nós sempre estamos prontos para atender, dentro do possível, dentro da nossa possibilidade, qualquer órgão que queira fazer uma ação.

Então, é interessante até uma preparação para uma ação pontual de fiscalização nessas embarcações utilizando os nossos meios, mas com o pessoal preparado para esse tipo de verificação, ou seja, pessoal que já esteja acostumado a esse tipo de verificação.

São essas as minhas considerações iniciais. Eu estou pronto para qualquer tipo de questionamento. Agora, então, de forma resumida, é isso: fiscalizamos e, se dentro da fiscalização verificamos qualquer tipo de ilícito, chamamos a autoridade competente.

De qualquer forma, damos a nossa contribuição e ajuda a qualquer órgão da esfera Municipal, Estadual ou Federal. É só isso aí. Estou pronto para qualquer questionamento posterior.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, obrigada, Capitão de Mar e Guerra Paulo César Machado.

Vou passar então para a Chefe de Departamento de Registro Fiscalização estatística da Empresa estadual e Turismo do Amazonas, Luciana Vieira de Souza.

Nós estamos fazendo esta audiência pública porque temos recebido muitas denúncias daquela região, inclusive denúncias que apontam a existência de turismo sexual. Ou seja, as expedições de caça ou turismo esportivo, através da pesca,



inclusive, estariam travestidas e camuflariam uma estrutura que envolveria exploração sexual de crianças e adolescentes.

Aqui em Brasília, por exemplo, nós tivemos o caso do Presidente da Câmara Legislativa, no ano de 2004, se não me falha a memória, que teria ido para uma pesca de tucunaré no Rio Negro. E algumas meninas voltavam de um iate. Este iate, inclusive, não estava atracado no cais, viu Capitão, estava de certa forma distante do cais. As pessoas foram para o iate de lancha, foram na madrugada, o que é inusitado. E ali algumas meninas, jovens e adolescentes que estavam naquele barco voltaram, porque parece que houve uma divergência acerca do preço que seria cobrado pela atividade, em uma chamada voadeira. Essa voadeira sofreu um acidente e algumas dessas meninas faleceram. Em função do acidente, apenas em função do acidente, começou-se a discutir e a investigar o que aquelas meninas estavam fazendo ali. E se descobriu que fazia parte de um turismo sexual. Aquelas meninas foram aliciadas. O inquérito todo indica isso. Houve um aliciamento — e há, inclusive, o nome da aliciadora — de meninas que ficariam disponíveis. E foram relatados vários eventos, várias atividades nessa perspectiva acontecendo dentro de iate de luxo.

Segundo denúncias, à época, de várias organizações não governamentais que combatem a exploração sexual de crianças e adolescentes, ali havia uma espécie de estabelecimentos flutuantes nesses iates ou nessas pescas, inclusive porque, segundo especialistas da região, aquele não era um mês propício para pesca de tucunaré. Mas estaria havendo uma pesca de tucunaré naquela região. E esse é um exemplo dentre tantos outros.

Eu tive a oportunidade de acompanhar de perto o caso, porque uma das pessoas que estavam nessa expedição era Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Esse caso ganhou muita repercussão e houve um processo de investigação.

Então, estamos aqui, primeiro, para que possamos traçar um diagnóstico.

O senhor dizia que não é da natureza ou da função precípua ou imediata da Capitania dos Portos fazer esse tipo de investigação. Mas também o enfrentamento da exploração sexual não é da função precípua da Polícia Rodoviária Federal, que tem cumprido um grande serviço à Nação ao detectar e diagnosticar os pontos



vulneráveis e ao resgatar crianças e adolescentes em situação de exploração sexual nas rodovias brasileiras, inclusive capacitando os seus profissionais na perspectiva de também fazer esse nível de convênio ou de articulação.

Então, a Capitania dos Portos, como lida com todos os transportes que estão em nossos rios ou em nosso mar, inclusive com as saídas do próprio mar e do rio, acho que seria muito importante que houvesse essa preocupação em uma região, eu realço.

Nós temos uma série de denúncias que apontam a existência de turismo sexual, por isso também a participação da AMAZONASTUR, nessa região homenageada pela natureza, uma região belíssima e, que, portanto, tem um apelo turístico muito grande.

Mas as denúncias que nos chegam são volumosas. Nós iremos fazer uma diligência. Não está definida a data, mas nós iremos fazer uma diligência em Manaus e em outros locais, porque há inclusive denúncias de exploração sexual na área de fronteira e também em comunidades indígenas.

Portanto, há intenção de fazermos essa discussão. Obviamente, a presença do Vereador enriqueceria sobremaneira nossos trabalhos, porque ele preside uma Comissão que defende direitos de crianças e adolescentes e seguramente tem a noção de todas as denúncias com a profundidade necessária para que possamos fazer essa discussão.

Então, portanto, feitos esses esclarecimentos, estamos aqui solicitando à Dra. Luciana Vieira de Souza, que é Chefe do Departamento de Registro, Fiscalização e Estatística da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas, a AMAZONASTUR, que possa também o uso da palavra.

A senhora tem até 15 minutos, e pedimos que o foco seja: há existência ou não de turismo sexual? Há notícias disso? Qual é a função do Estado? O que o Estado tem feito?

A Capitania dos Portos tem conhecimento ou já ouviu falar — e inclusive o Capitão pode responder posteriormente — da existência de turismo sexual envolvendo o turismo de pesca? E quais são as medidas que têm sido tomadas tanto do ponto de vista da proteção como da prevenção, enfim, sob o ponto de vista de preservar os direitos das nossas crianças e dos nossos adolescentes?



Com esses esclarecimentos, passo a palavra para a Dra. Luciana Vieira de Souza, que é Chefe Departamento de Registro, Fiscalização e Estatística da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas, AMAZONASTUR. V.Sa. tem até 15 minutos.

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Obrigada, Sra. Presidenta.

Boa tarde a todos os presentes. É um prazer estar aqui com vocês contribuindo nesta CPI. E gostaria de iniciar a minha fala informando que essa questão do turismo sexual é uma externalidade realmente negativa do turismo sustentável. E essa denominação "turismo sexual", embora saibamos que existe, não é aceita pelo Código de Ética do Turismo, pela Organização Mundial do Turismo, mas é uma prática que nós sabemos que existe no Brasil inteiro.

Nós costumamos dar o nome a esse fato de exploração de crianças e adolescentes no turismo, tá. Então, não podemos fugir dessa realidade.

Quanto às denúncias que foram feitas, devo dizer que temos conhecimento, sim, dessas denúncias. O Governo do Estado, através da AMAZONASTUR e do Dr. Oreni Braga, vem desenvolvendo um trabalho junto com o Ministério do Turismo, em especial junto ao Programa Turismo Sustentável e Infância — que é do Ministério do Turismo, o qual eu represento também no Estado —, além de outros parceiros como Secretaria de Ação Social, Municipal, Conselhos Tutelares e todos os órgãos afins, inclusive o Ministério Público. Portanto, estamos desenvolvendo ações pontuais para orientar e sensibilizar a comunidade, os empresários.

Durante as nossas visitas — e é parte do trabalho que coordeno no Estado do Amazonas — aos prestadores de serviços turísticos, que perpassam o setor hoteleiro, agências de turismo, embarcações de turismo, guias de turismo, fazemos essa orientação *in loco*, passando informações em relação ao aspecto legal, no sentido de que é crime e de que, se eles forem realmente coniventes, participarem e não denunciarem essa prática, eles estarão também praticando esse ilícito — e isso tem uma penalidade muito grande, tá.

Então, essa orientação, esse cuidado, esses seminários, essas visitas *in loco*, essas *blitze* junto com os órgãos que têm o poder de polícia durante ações ostensivas nós temos feito como Governo do Estado. É uma grande preocupação, sim, nossa, porque o turismo tem que ser social. O turismo só é bom para o turista



se ele for bom para a comunidade. Então, a partir do momento que esse tipo de prática, que essa violência, que esse crime acontece e que realmente chega a atingir nossas crianças que estão à margem dos rios, é realmente muito grave.

O que tenho a dizer para vocês, mediante essa denúncia que foi e que nos trouxe até aqui, é que alas inteiras de motéis e hotéis estão servindo de alojamento para esses turistas de pesca esportiva, para essa prática, para esse fim. Nós não temos conhecimento oficial dessa informação. O que nós temos e que foi levantado, inclusive foi citado pelo Vereador Elias Emanuel, é que nós tínhamos um levantamento feito pela empresa estadual de turismo nos hotéis de Manaus e que, com certeza, poderia estar contendo essa informação.

O levantamento em 100 hotéis em que realizamos a nossa vistoria, ou a nossa análise, foi feito como temos feito nos anos passados, juntamente com o Comitê de Segurança e Ética no Turismo que tem no Estado, cada qual dentro da sua competência. Este ano, nós fizemos com foco na Copa, para levantar o estudo de infraestrutura, fazer um estudo da infraestrutura dos meios de hospedagem, dos serviços que estão sendo prestados, da questão da sustentabilidade e da acessibilidade. Procuramos identificar também se eles tinham essa política de combate à exploração de crianças.

Então, essa informação nós temos no nosso relatório. Agora, em momento nenhum, nem nos hotéis, nem nas embarcações, nem nos motéis, que foram visitados com o intuito de propiciar uma hospedagem alternativa para a Copa de 2014, não foi levantada essa informação, o objetivo da pesquisa não foi esse; foi justamente ver a capacidade hoteleira de oferta de leitos e UHs que Manaus teria para atender à Copa de 2014. Então, informações oficiais acerca desse assunto nós não temos, como nós não temos dados estatísticos. O Brasil inteiro, com certeza, também não tem dados estatísticos. Temos muitas denúncias em relação a essa situação.

Então, ocorre que estamos com algumas ações pontuais, como falei para vocês. Temos participado de programas de enfrentamento do PAI e temos participado do Comitê de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes Pró-Copa. Várias instituições estão desenvolvendo ações. Estamos tentando fazer em parcerias conjuntas, porque cada órgão, cada instituição tem a sua proposta, tem o



seu programa. Nós estamos nos esforçando para fazer de forma integrada essas ações. Inclusive, nos dias 13 e 14, vamos ter uma organização não governamental — acho que é internacional, esqueci o nome dela no momento — que vai estar em Manaus também, reunindo-se com os guias de turismo, com os condutores de turismo com o intuito de orientar e sensibilizar para o combate a esta prática.

Então, nestas ações pontuais, estamos desenvolvendo, sim, essa orientação. Inclusive, em Parintins, eu gostaria de dizer para vocês que é o que temos de mais próximo em termos de estatística. Temos realizado uma pesquisa em Parintins e nos principais eventos que acontecem no Estado que nos apontam realmente essa situação. Nessa pesquisa, quando perguntamos à população local o que mais incomoda, qual o impacto negativo que esses eventos deixam é justamente a questão da prostituição e da exploração de crianças. Este é o impacto negativo número um e que percebemos que vem crescendo ano após ano. O que nós temos feito? Sempre com ações de campanhas, campanhas e campanhas. Este ano, tomamos uma estratégia diferenciada, porque, se não se trabalha a base, se não se trabalha a família, fica difícil fazer alguma coisa. Nós visitamos comunidades ribeirinhas para orientar as famílias a não deixarem suas crianças se dirigirem a esses eventos, dizer para elas: é perigoso, não vão, ou, se forem, tenham cuidado, porque essa orientação, juntamente com o Ministério Público Estadual, que é importante para que possamos chegar à frente, fazer esse trabalho de formiguinha chegar às comunidades, nas escolas de ensino fundamental e mostrar para eles que isso é crime, que não pode, de uma forma simples, com uma linguagem simples, para que eles consigam entender o que a gente está passando para eles, para que, lá na frente, ninguém seja pego de surpresa. Realmente, não adianta fazermos ações pontuais, campanhas e campanhas, panfletos e panfletos, se não se trabalha a base. Então, isto é fundamental. Esse olhar direcionado às comunidades, às escolas, essa nova meta nós traçamos realmente para chegar a minimizar ou até mesmo acabar com essa prática.

Em relação à pesca esportiva, temos conhecimento, sim, de uma maneira informal, até porque o perfil desse turista que vem para a pesca é de um turista de um poder aquisitivo alto; é um turista, na maioria, homem, que vem em grupos de 12 a 15 pessoas e pouco se aloja nos hotéis da cidade. Não estou dizendo que eles



não se alojam. Às vezes, o turista que vem de São Paulo fica realmente em Manaus alguns dias, mas o nosso turista em potencial, aquele que vem dos Estados Unidos, normalmente, fecha um pacote e pernoita 10 dias, de 7 a 15 dias, pelos nossos rios e se hospeda em parques hotéis. É este o perfil que nós temos. Não estou dizendo que não acontece. Pode acontecer, até porque nós temos uma dimensão geográfica muito grande. Temos dificuldade de logística e tudo o mais, mas temos de encontrar aqui um meio de realmente chegar até eles.

Eu gostaria só de deixar, para esclarecimento, que a prática do turismo é uma atividade comercial como todos conhecem. O que nós devemos deixar bem claro é que uma embarcação que é esporte recreio, que muitas pessoas de poder aquisitivo médio e alto possuem e que muitas vezes recebem amigos que vêm de outros Estados, para fazer essa prática, nós não podemos considerar turismo, porque tanto para nós, do turismo, Estado, Ministério do Turismo, Governo Federal e Marinha do Brasil, a prática do turismo é uma atividade comercial que tem que estar registrada como embarcação de passageiro. Então, temos que diferenciar muito bem, tentar identificar e fazer um diagnóstico realmente desse tipo de embarcação que está sendo utilizada, a começar da base. Essas embarcações são de passageiros? Elas estão com fins comerciais, são para turismo ou são barcos de recreio, de lazer, usadas para esses fins, para atender a essas pessoas que vêm realmente para essa exploração no nosso Estado? Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria agradecer à Dra. Luciana e apenas pontuar que qualquer que seja a finalidade, a exploração sexual de criança e adolescente é crime, e o Estado tem que buscar coibir. Se há notícias de que embarcações, ainda que sejam privadas, são utilizadas com essa finalidade, é preciso que haja uma ação do Estado. Se são pessoas que vão, turistas que estão se dirigindo, turismo de pesca, é preciso que a empresa estadual de turismo do Amazonas tenha uma ação nesse sentido.

Eu gostaria apenas de perguntar, antes de passar para a Relatora, se há alguma ação, algum plano, alguma ação intersetorial que seja da empresa estadual de turismo do Amazonas para coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes, porque temos aqui uma série de denúncias que apontam para a existência da exploração sexual em empresas de turismo inclusive, no turismo de



pesca. Há denúncia de motéis flutuantes. É a denúncia que chegou a esta Comissão.

Gostaria de saber se existe algum planejamento, alguma iniciativa da empresa estadual de turismo do Amazonas, na perspectiva de coibir essa prática criminosa.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sra. Presidenta, posso completar sua pergunta, já que V.Exa. abriu para perguntas? Posso complementar? É possível?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pode.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - A Dra. Luciana falou que não adianta campanha, fomentar campanha, cartaz, se não olhar a base. O que você chama de olhar a base? Seria o quê? Isso significa que a pobreza, a vulnerabilidade vinda da pobreza e do abandono dessas populações por parte do Estado potencializa ainda mais as chances dessas meninas serem exploradas sexualmente? Teria algum tipo de convivência das famílias por causa disso? O que seria olhar a base? Um programa integrado de atenção básica a essa população por parte do Estado? Isso vem sendo feito?

É nesse sentido que complemento a pergunta da Deputada Erika Kokay. Isso vem sendo feito? Essa exploração sexual de criança e adolescente no turismo, para não usar o termo turismo sexual, vem sendo encarada de maneira responsável pelo Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal? Quais são as ações? Poderia apontar para a gente?

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Como eu coloquei no início da minha fala, muitas ações pontuais estão sendo desenvolvidas. Nós temos, no âmbito do Governo, várias instituições direcionadas para esse fim, principalmente no que tange à questão do atendimento direcionado a essas famílias que, muitas vezes, ficam expostas por ter um poder aquisitivo baixo, pequeno, ficam vulneráveis realmente a essa situação. Não é um trabalho feito diretamente pela AMAZONASTUR. Quando eu falo um trabalho de base, é um trabalho realmente com a família, a questão dos conselhos tutelares, dos órgãos de assistência estaduais e municipais. Eu acredito porque funcionam.

O que acontece muitas vezes, e nós participamos muito desses grupos de debate, junto com as secretarias, com os conselhos tutelares, com as organizações,



é que, de repente, o que está faltando é uma continuidade de ação, é um apoio maior. Cada um faz a sua parte. O Conselho Tutelar vai lá e faz o seu trabalho. Aí ele traz o menor e o leva para onde? Dali vai para onde? Tem várias esferas envolvidas e que muitas vezes o que começa na base não consegue avançar. Então, o processo para pela metade. Acaba que não tem uma ação contínua dentro da competência de cada esfera. Isto é o que a gente ouve muito nos grupos de discussão. O clamor dessas pessoas, do programa de assistência, do PAI, dos conselhos tutelares, do Comitê Pró-Copa, que tem agora nas cidades-sede, é justamente isso: que tenhamos que desenvolver um programa através do qual possamos dar atenção à família, orientar a família, dar condições de trabalho para aquela família, informar para a família, envolver o Judiciário, informar que é crime, quais são as penalidades, e a partir dali também desenvolver outros programas, para que eles não voltem a essa prática ou que não se dê espaço para essa prática. Mas isto perpassa por várias esferas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, pelo que eu entendi, não tem nenhum programa da AMAZONASTUR?

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Não. O que desenvolvemos é direcionado ao turismo. Inclusive, mesmo ao turismo, como eu bem coloquei aqui, estamos desenvolvendo, como nós vínhamos desenvolvendo campanhas e campanhas durante os eventos com o apoio do Governo Federal, com o apoio da Universidade de Brasília...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Campanha não é um programa. Tem um programa da AMAZONASTUR ou não?

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Existe o Programa Turismo Sustentável e Infância, em parceria com o Governo Federal. A AMAZONASTUR firmou um convênio e o está colocando em prática.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E quais são as ações?

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Justamente seminários em 15 Municípios, dentre eles da região metropolitana, incluindo Manaus, Barcelos e Parintins, por se tratar de um destino internacional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos seminários vocês já fizeram?



A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Fizemos um em Parintins, vamos estar realizando dois agora, nesse mês de novembro, em virtude de situações de ajuste de plano de trabalho, mas já temos esse recurso para estar fazendo, até junho de 2013, visitando 15 Municípios com ações de orientação e sensibilização junto às famílias, junto às comunidades.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, vocês chamam a comunidade para participarem dos seminários. É isto?

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - A comunidade, o *trade* local, que são as pessoas que estão envolvidas com turismo naquela localidade. Não só toda a comunidade, mas principalmente o *trade*. Por quê? Porque nós temos que mostrar para eles realmente a situação.

Então, esse trabalho que envolve a comunidade e as pessoas envolvidas com turismo, os empresários, nós iniciamos com esse convênio com o Ministério do Turismo este ano e vai se prolongar até junho de 2013.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E qual foi a decisão, ou qual foi a ação que foi feita com as denúncias? Porque são várias. Aqui: caso veio à tona com o naufrágio de embarcação, programas ocorreriam em barcos de rota de pesca esportiva. Eu acabei de citar um exemplo aqui que aconteceu em 2004. Havendo esse tipo de denúncia — é uma denúncia bem... Vejam bem, houve uma investigação que apontou que realmente havia exploração sexual encoberta por um turismo de pesca.

Qual foi a ação que a AMAZONASTUR efetivou a partir dessas denúncias concretas, se é que foi feita alguma ação?

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Essa denúncia em si... O que nós temos feito é o que nós... Não foi feita nenhuma ação direcionada para essa situação. Até porque, como eu bem coloquei, é uma situação que não é da nossa competência em termos de transição, policial. Nós não temos poder de polícia para — vamos dizer assim — entrar nessa alçada. Isto está sob investigação da Polícia Federal. Nós temos acompanhado o processo. A gente sabe que tudo que perpassa pela Polícia Federal é bastante sigiloso. Não só essa denúncia, como a própria denúncia lá, com as meninas indígenas, como outras denúncias estão sob o



cuidado, sob a investigação da Polícia Federal — tanto da Polícia Federal como do Ministério Público.

O nosso papel como Estado é fazer, sim, essa proximidade, é fazer essa intervenção junto aos empresários. E se tem uma empresa, vamos dizer, que nós caracterizamos como empresa de turismo, toda empresa de turismo precisa ter um registro no Ministério de Turismo. E no momento em que identificamos, numa situação dessas, que é uma empresa de turismo, que ela é turismo, que está legal, o primeiro ato é registrar, é cancelar e pedir a intervenção dela.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Já foi cancelada alguma lá? A AMAZONASTUR já cancelou alguma empresa?

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Nós solicitamos, em virtude de denúncia, porque a AMAZONASTUR, como qualquer órgão fiscalizador, apesar de nós não termos poder de polícia ainda, porque na nossa lei geral ainda não saiu uma portaria de fiscalização para isso... Nós levantamos e pedimos autorização do Ministério do Turismo para cancelar o registro de uma empresa no Estado do Amazonas que está sob investigação na Polícia Federal.

Então, enquanto a empresa não for considerada culpada, ela tem que estar suspensa. E nós estamos aguardando a resposta do Ministério do Turismo, porque quem dá essa autorização são eles. Nós somos apenas um órgão delegado para esse fim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então vocês, em toda essa história, encaminharam ao Ministério de Turismo apenas uma empresa para que pudesse vir a ter o cancelamento. Porque as denúncias são muitas, muitas denúncias. Então, o que é feito com essas denúncias?

A AMAZONASTUR é responsável pelo turismo, fiscalização e estatística. E está sendo utilizado o turismo como um véu a encobrir um crime...

Enfim, vou passar para a Relatora, para a Deputada Liliam Sá, para que S.Exa. possa fazer suas considerações.

Estão inscritos ainda o Deputado Luiz Couto, a Deputada Carmen Zanotto e o Deputado Jean Wyllys.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Boa tarde a todos.



Eu gostaria de cumprimentar o Capitão de Mar e Guerra Paulo César Machado; agradecer à Marinha do Brasil por eles poderem estar conosco aqui; à Luciana Viera de Souza, que também se propôs a vir esclarecer algumas denúncias.

Eu gostaria de fazer aqui um breve relato sobre o porquê de nós convidarmos essa empresa para estar aqui. Em 2011, foi feita uma denúncia de que estaria acontecendo no Amazonas a pesca esportiva, trazendo americanos para fazer pacotes de sexo com meninas dali da área. E foi feito até um vídeo chamado “Meninas Prostituídas do Brasil”, lançado pela BBC — e nós pedimos até à nossa equipe técnica, aos assessores, para ver se eles poderiam disponibilizar cópia do vídeo para a CPI. E eles falavam dessa prática no Amazonas, que eles conseguem uma licença, uma falsa licença de pesca, que não seria para uma pesca esportiva mesmo, mas para poder fazer turismo sexual com essas meninas. Isso saiu em várias matérias. Foi aí que gerou o nosso pedido para abrir esta CPI, através de várias denúncias no Brasil inteiro de que está acontecendo a exploração sexual infanto-juvenil e o porquê de nós pedirmos à Capitania dos Portos que viesse até aqui para fazerem esclarecimentos, porque nós queremos saber o que acontece no mar. Alguém tem que ser responsável por isso, precisamos de uma linha de investigação. Por que acontece essa prática sem que ela seja investigada? Queremos saber o porquê, pois se está nas águas pertence à Marinha.

Então quando nos perguntaram sobre o porquê de convidar o Capitão foi no sentido de poder esclarecer ao Brasil inteiro o que está acontecendo. Se há fronteiras... Por que sai através do mar? Crianças são traficadas através do mar. O que acontece? E nós recebemos também... Ficamos sabendo também do Vereador Elias Manuel que disse que a empresa de turismo teria um relatório, que ele ia pedir junto ao Ministério Público. Ele diz assim: “Quero pedir à Procuradoria-Geral da Câmara... — também ele pediu à Câmara — ... para entrar com uma representação ao Ministério Público Estadual...” Que solicitasse informações de um levantamento que a empresa estadual de turismo AMAZONASTUR teria em mãos. Ela fez um — não sei — levantamento e saberia que existem ali motéis que estão alugando alas inteiras para a prática da exploração de crianças e adolescentes, no turismo, no caso.



Então, nós queríamos esclarecer e saber. Agora, faltou o Vereador porque ele teria maiores informações, até para poder auxiliar nos trabalhos da CPI. Nós temos aqui várias denúncias, até do Rio Negro, de que meninas estariam realmente numa rota. Uma delegada fez acusações de que haveria uma rede de prostituição. A delegada fala que, devido a um acidente, eles descobriram uma rota, e que ela estaria investigando. Seria a Delegada Graça Silva. E ela disse também que existiriam agentes de turismo envolvidas nessa rede de prostituição. São denúncias graves que esta CPI tem que investigar profundamente. Nós vamos fazer uma visita, conforme falou nossa Presidente, ao Amazonas, vamos fazer o levantamento e queremos ouvir várias pessoas.

Agora saiu outra também dizendo que as meninas indígenas são vítimas de uma rede de pedofilia e prostituição, e que teria um grupo de comerciantes aliciando essas meninas, e o alvo seria a exploração sexual de meninas virgens. E a pergunta é — vou fazer para o Capitão de Mar e Guerra, Paulo César —: o senhor falou que não teria como investigar ou parar uma embarcação que fosse suspeita, porque a Marinha não tem poder de polícia nesse caso. Mas se a Marinha não puder, que está ali, que está vendo, que faz essas investigações, não puder estar lá para poder parar, quem vai parar? Vocês podem chamar a polícia? Vocês já tiveram algum caso desses, de suspeita? Porque fica a impressão de que a gente não tem como fiscalizar essas embarcações.

Eu gostaria de ouvir do senhor algo nesse sentido. Como fazer para poder investigar essas embarcações, se tem crianças e adolescentes dentro de um barco... Se estão vendo que aquelas crianças têm características do local, por que não parar essa embarcação e perguntar, pedir os documentos? Se não tiver, chamar a polícia. Eu gostaria também de fazer uma pergunta para a Luciana Vieira. Neste caso, você sabe das acusações do Vereador, não é? Vocês falaram que não tem esse relatório, que não fizeram pesquisa nesse sentido e que não sabem de onde gerou isso. Eu gostaria de saber se existe realmente esse documento que o Vereador quer pedir ao Ministério Público Estadual, se existe esse documento, e por que os senhores fizeram esse levantamento?

São as minhas considerações iniciais, e, depois, quando vocês forem respondendo, a gente vai fazendo outras.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou passar a palavra para o Capitão de Mar e Guerra Paulo César Machado e depois para a Luciana Vieira de Sousa.

O SR. PAULO CÉSAR MACHADO - Bem, se a senhora me permite, eu gostaria não só de responder a esse questionamento, mas a alguns questionamentos anteriores que foram feitos depois da minha fala, algumas colocações que foram feitas, eu gostaria, com a sua permissão, de fazer alguns esclarecimentos.

Primeiro, eu não disse que a Marinha não podia parar; eu diria que a Marinha para e fiscaliza os barcos, sim. Inclusive, eu falei que este ano, durante os 9 primeiros meses do ano, nós paramos quase 21 mil embarcações, o que não é pouco. O que eu falei é que a gente não fiscaliza com foco principal nisso. Nosso foco principal é a segurança da navegação. Obviamente se, durante a nossa fiscalização, nós nos depararmos com algum ilícito ou com algum indício de ilícito, a gente vai parar a embarcação e chamar a autoridade policial. Quanto a isso aí não tenha dúvida.

O segundo ponto que eu queria esclarecer é que... Claro que a Marinha é a face mais visível da fiscalização dos mares e rios, mas não só a Marinha faz a fiscalização fluvial. A Polícia Militar, por exemplo, lá no Amazonas, tem um pelotão fluvial com embarcações e fiscaliza também. A Polícia Federal também tem embarcações, e também atua nos rios, cada um na sua área de competência.

O segundo ponto que eu queria colocar, aliás, segundo não, o terceiro ponto que eu queria colocar é a dificuldade de fiscalização. Eu não sei quais dos senhores conhece realmente a Amazônia. Eu já, privilégio meu, servi várias vezes na Amazônia. Na primeira delas, eu fui Imediato do navio de assistência hospitalar. Então eu naveguei em toda a Amazônia. Há pessoas que dizem "Ah, eu conheço a Amazônia". "Onde você foi?" "Eu conheço Manaus". "Não, não conhece a Amazônia." Conhece a Amazônia quem vai lá ao Rio Juruá, no Alto Juruá, no Alto Purus, no Alto Madeira. Realmente conhece a Amazônia e vê a miséria em que muita gente vive. Então, quem conhece a Amazônia sabe da dificuldade. Só para se ter uma ideia, há locais na Amazônia que a gente não consegue enxergar a outra margem. Só em frente a Manaus, no Rio Negro, tem quase cinco quilômetros de



largura de rio; tem diversos furos, igarapés, ou seja, é um paraíso para quem quer se esconder. Então, a nossa dificuldade de fiscalização é imensa, diferente, por exemplo, da Polícia Rodoviária, que a senhora citou. Sem querer comparar os trabalhos, acredito que para o policial rodoviário, que tem ali uma estrada, onde o carro nem sempre pode sair da estrada, é mais fácil ele fazer uma barreira e parar todo mundo que passa. A gente realmente... A Amazônia é um mundo, e um mundo muito difícil de fiscalizar. E a Marinha não está de olhos fechados; a Marinha não está se omitindo, de forma nenhuma. A única coisa que eu procurei colocar na minha fala é que o nosso foco principal é um: a segurança da navegação. Agora, a gente não está de olhos fechados a isto, e estamos prontos a colaborar com qualquer órgão, não só os órgãos ligados a essa questão de exploração sexual. Inclusive, é o quarto ano em que eu trabalho na Capitania, agora, como Capitão dos Portos. Já fui Chefe da Segurança do Tráfego Aquaviário da Capitania dos Portos da Amazônia Ocidental, e já participamos de diversas missões de retirada de crianças em situação de abandono, situação de exploração. Várias vezes a Capitania foi solicitada a ir a uma localidade afastada. Fomos com o Conselho Tutelar. Várias vezes tiramos crianças, ajudamos. E, como eu mostrei, nós estamos trabalhando em conjunto com todos os órgãos. Agora, tem que ter a solicitação ou um convênio. Obviamente que, dependendo de onde vier, esse convênio pode ser feito via estadual, diretamente com o Comando do Distrito. Dependendo, se for uma solicitação federal, tem que vir via Ministério da Defesa, Comando da Marinha, e a gente cumpre o convênio, a solicitação, com toda a boa vontade. Agora, a questão... essa dificuldade, para nós, é difícilimo atuarmos estritamente nossa competência — muito difícil — e, muitas vezes, nós, às vezes, abrimos mão de fiscalizar algumas embarcações, de alguns meios, em prol de outros órgãos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Que órgãos são esses?

O SR. PAULO CÉSAR MACHADO - Eu citei, anteriormente, aqui, a Polícia Militar, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, a ANTAQ, a Superintendência Regional de Trabalho e Emprego — inclusive essa Superintendência de Trabalho e Emprego pede muito a nossa ajuda, porque tem muitos aquaviários que trabalham em condições desumanas, de questões de emprego, de questões trabalhistas ilegais. Nós também apoiamos. Eles vão com a



gente em nossas fiscalizações. Trabalhamos com o Juizado da Infância e da Juventude; trabalhamos também com a Polícia Federal, a ANVISA, órgãos ambientais. A Marinha trabalha com uma gama enorme de órgãos. Agora, nós temos, obviamente, meios restritos para cuidar de uma Amazônia que é um grande mundo, como eu citei. Então, são esses esclarecimentos que queria colocar, porque, depois da minha fala, eu ouvi as colocações das Deputadas e queria apenas prestar esses esclarecimentos para poder ajudar a clarear algumas situações aqui. Obrigado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada, Capitão. Eu queria só registrar a presença do Almirante José Roberto Bueno Júnior, meu amigo, e do Comandante Antônio Capistrano Freitas Filho.

Muito obrigada pela presença.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bem, eu vou passar a palavra para a Dra. Luciana e, em seguida, eu passaria para os Deputados que já se inscreveram.

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Bem, em relação ao levantamento que a AMAZONASTUR teria em mãos sobre essa situação apontada pelo Vereador Elias Emanuel, eu repito novamente que nós não temos essas informações. Como eu coloquei anteriormente, inclusive trouxe para fazer uma apresentação para vocês, mas eu vou deixar o material disponível; trouxe o relatório; eu trouxe, inclusive, as fichas de entrevistas, tá? Estou colocando tudo à disposição de vocês, o trabalho que nós desenvolvemos no Estado, as fichas preenchidas a mão pelos nossos pesquisadores, direcionadas para esse fim, para deixar bem claro. Trouxe, inclusive, o relatório pronto, que nós não temos essa informação, que o foco do nosso... Bem, isso foi uma situação levantada por alguém, e eu acredito que poderia nos ter sido questionada antes, pelo menos ter conhecido o trabalho que nós realizamos antes mesmo de trazer uma CPI, tá? Então, é o trabalho que eu estou apresentando aqui para vocês e que eu tenho em mãos. É um trabalho que eu posso apresentar para todo mundo. Inclusive, já o apresentei para o setor hoteleiro como um todo. A nossa secretária, a nossa Presidente, depois que realizou esse levantamento, reuniu-se com todo o empresariado no SEBRAE e mostrou o resultado do trabalho que nós fizemos. Então, o trabalho está à disposição.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou passar a palavra para o Sr. Deputado Luiz Couto. Em seguida, para a Deputada Carmen e para o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sra. Presidente, Sra. Relatora, membros da Mesa, o fato de que nós temos uma história na última CPMI, a CPMI que aconteceu aqui, onde tinha a Deputada Maria do Rosária como Relatora e a Senadora Patrícia Sabóia como Presidenta, nós estivemos várias vezes na região da Amazônia, principalmente em Manaus.

Lá, essas festas em que eram levadas meninas para a pesca, e não eram só, ou seja, empresas que vinham aqui, eram figurões da sociedade que iam lá: o Vice-Governador, o Presidente de Tribunal, magistrados, etc., políticos que estavam lá. Inclusive, no relatório, a partir de depoimento dado por adolescentes que foram vitimadas por isso aqui, aqui fizeram tudo, juntaram, tiraram inclusive membros da CPMI, que era na maioria constituída de mulheres que investigaram, tiraram isso aqui, e as lideranças botaram gente para retirar esses nomes da CPMI. Ou seja, a impunidade mostra a grande força que tem. Então, mostra que, efetivamente, ou seja, pelo que nós temos aqui, primeiro, nós estivemos lá e, já naquela época, um bairro novo que tinha lá, sem estrutura nenhuma, onde grande parte eram pessoas que vinham das tribos estavam lá e eram exploradas sexualmente. Estavam lá. Era o sinal dessa situação.

Ora, na matéria que a própria Deputada Liliam Sá coloca, nós temos dados de 2009, de 2010, de 2011.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E agora 2012.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora 2012. Ora, o que tem a ver o Departamento de Justiça Americana investiga turismo sexual infantil na Amazônia. Está lá.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Uma coisa que teríamos que investigar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ou seja, nós é que deveríamos dizer. O Brasil está tomando o lugar da Tailândia como local preponderante de turismo sexual nas férias. Ou seja, disse lá o representante. Será que os Estados Unidos... É uma empresa que estava, inclusive, sendo processada também. Efetivamente,



mostra que, parece que só aqui é que não se investiga. Porque lá a empresa que estavam mandando para cá, a outra, 2010: *Turismo sexual avança pelo Brasil e estimula a prostituição infantil*.

Eles consideram prostituição infantil e exploração sexual de crianças. O programa da *BBC* mostrou que crianças estão suprimindo uma crescente demanda de turistas estrangeiros que viajam ao Brasil atrás de sexo e acompanhou as tentativas de controlar o problema. O programa *Nosso Mundo: as Crianças Prostituídas do Brasil*, mostrando, inclusive, uma menina vestida com um pequeno biquíni expõe seu corpo frágil. Ela não parece ter mais do que 13 anos, mas é uma das dezenas de garotas andando pelas ruas à procura de clientes debaixo do sol da tarde, mostrando que essa coisa não é de agora, não.

A outra, novamente, no *New York Times*, o Departamento de Justiça Americano investiga turismo sexual infantil na Amazônia. Ou seja, é algo que chama a atenção, Deputado. Traz, inclusive, a foto: *Turismo sexual avança no Brasil e estimula a prostituição*. Dados que têm até fotografias e tudo mostrando que não é conversa fiada, que tem, tem.

Agora, eu pergunto: o Vereador Elias Emanuel justificou a não vinda?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Érika Kokay) - Argumentou compromissos político-partidários decorrentes da eleição que acabou de acontecer.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas ele não era candidato, não, né? Eu acho que é importante, porque ele diz o seguinte. Ele diz que o fato... Ele diz: *"Agências de turismo voltadas para a temporada de pesca esportiva no Estado"* — e era isso que faziam também lá, naquele tempo — *"estão alugando alas inteiras de hotéis na cidade pelos turistas, que vêm para a Região para esta temporada"*. O Vereador Elias Emanuel vai pedir auxílio à Procuradoria-Geral da Câmara para entrar com uma representação ao Ministério Público do Estado pedindo essas informações. Ele recebeu numa reunião que era para preparar a *Semana de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças* na Secretaria de Estado da Assistência Social do Governo do Estado. Informação dada lá. Se tem essa informação, e a Sra. Luciana nega isto aqui, o fato é que a realidade existe, a realidade existe e existe há muito tempo. O grande problema é a impunidade.



Eu vou dar um exemplo, Capitão de Mar e Guerra, de como é que acontecia também a convivência de policiais civis e militares. Por exemplo, a Polícia Federal estava lá. A pessoa que estava com a denúncia de tráfico já vinha num barco e nesse barco vinham policiais civis. *Prendemos o cara que vocês estão atrás*. E, ao sair da mira da Polícia Federal, ou seja, esses foram soltos e foram embora. Na realidade, há muita convivência também, há muita omissão também de autoridades que deveriam fazer, da Polícia Civil e da Polícia Militar, e que ficam coniventes e até dando apoio e proteção.

Eu sei que o trabalho que a Marinha faz é um trabalho de fiscalização. O senhor disse que não é só a Marinha que faz, há outros órgãos que fazem. Eu tenho certeza de que o senhor, identificando, o senhor chamaria a autoridade. Agora, tem gente que, tanto já na outra CPMI, como nos dados que tem aqui, ou seja, há uma convivência.

Vejam um dado que chama a atenção. *Rede de prostituição ataca com falsas promessas crianças e adolescentes no Amazonas. Documentos relatam casos de aliciamento até nas dependências de uma igreja evangélica de Iranduba. Grupo identificado como Fênix — olhem, já está identificado — atrai vítimas com falsas promessas e as deixa em casas de massagem de Manaus*. Quando, na realidade, eles que vão trabalhar, vão ser modelos e tudo o mais.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A novela das 8 está retratando isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É novela. Então, o seguinte. Aqui está o retrato de uma mãe com o pai colocando o retrato de uma filha que foi uma vítima dessa exploração. *Nova rota de prostituição infantil no Amazonas é investigada*. Segundo pesquisa do CECRIA, Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, das 76 rotas internacionais e interestaduais de tráfico de mulheres crianças e adolescentes no Norte, 20 partem de Manaus. E muitas delas são levadas para garimpos, muitas delas são levadas para a Guiana e para a Venezuela, para o Suriname, enfim, mostrando que ou nós deixamos de lado... Essa coisa de dizer que não existe... Pode ser que não haja informação, mas, se pesquisar, vai ter, vai ter, que a pesca esportiva é a grande fonte de exploração sexual de crianças e adolescentes. Turistas que vêm já preparados para isto aqui.



Mudaram, não vão mais para a Tailândia, não. Agora vão para o Amazonas, porque sabem que lá não há qualquer tipo de investigação, não tem punição, ou seja, fica tudo no negócio, porque é turismo, estão trazendo dinheiro, os motéis ficam cheios, ou seja, efetivamente...

Eu fico, Deputado Wyllys, lá no meu Estado, teve o caso de um — eu não sei se V.Exa. estava na audiência em que veio um professor da Universidade Federal da Paraíba que revelou o caso de um travesti que foi para a Itália. E lá ele ganhou muito dinheiro. Chegou, e como as pessoas, os meninos, os meninotes perguntaram a ele: “O que que você quer?” Eles viram que a vida daquele travesti estava... ele comprou apartamento, casas, chácaras, fazendas e tudo mais. E perguntaram para o menino o que ele queria ser, e ele disse: “*Eu quero ser travesti para poder ir lá para a Itália ganhar dinheiro.*” Na realidade, isso mostra que, muitas vezes, uma pessoa daquelas se faz na vida, e ela passa a ser recrutadora. E aqui sempre tem a figura... como tem o gato no trabalho escravo — também é uma forma de trabalho escravo —, também tem o gato e a gata que vai lá. Não é por acaso que aqui em Brasília o local onde eram recrutadas e colocadas as meninas que iam para a Europa e para outros países chama-se Bar das Gatas, mostrando que essa realidade chama a atenção e clama. Nós não podemos mais ficar calados, ou seja, a realidade é esta. Na realidade, nós estamos tendo rotas e mais rotas de exploração sexual. E a matéria é interessante porque ela fala, aqui o jornal diz assim, o *Estadão: Estados Unidos investiga excursão de turismo sexual na Amazônia*. Esse dado, eu não tenho mais o que falar, prova claramente que ou nós enfrentamos aquela situação, porque não é somente a exploração, é tráfico de drogas, é tráfico de armas, é tráfico de pessoas. As diversas rotas, ao invés de diminuir, a cada momento aumentam mais, tanto as rotas nacionais e internacionais. É preciso que não apenas os governos dos Estados, o Governo Federal, os governos municipais possam aderir, e toda a sociedade civil, para enfrentar essa situação, porque é uma chaga que está se alastrando por todo lugar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Luiz Couto Vou passar a palavra para a Deputada Carmen Zanotto e depois para o Deputado Jean Wyllys.



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, Deputada Erika Kokay, Presidente da nossa CPI; Deputada Aline; nossos debatedores da tarde de hoje. Hoje o dia está um pouco pesado, para não dizer, Deputada Erika, extremamente pesado. Nós passamos a manhã e parte do início da tarde acompanhando a CPI de Tráfico de Pessoas naquele caso de Monte Santo, na Bahia, e agora a gente tem continuidade num tema muito semelhante.

Primeiro, Presidente, eu gostaria de reafirmar que a nossa Comissão pudesse reconvidar o Vereador porque ele é Presidente da Comissão de Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso. E ele, na condição de Vereador e Presidente de uma Comissão dessa magnitude, é importante que a nossa Comissão tenha a oportunidade de ouvi-lo. Então, eu gostaria de pedir que nós pudéssemos reconvidá-lo, se assim fosse, para a gente não fazer nenhuma convocação, porque eu não quero imaginar que a impossibilidade de ele estar aqui tenha sido pressão externa para que aqui ele não comparecesse, porque autoridade que sabe o que significa uma CPI sabe a importância de tudo aquilo que é dito na CPI, e a gente precisa, efetivamente, como CPI, investigar. Até porque o Deputado Luiz Couto, com muito mais experiência que a gente, já relatou aqui o que a nossa CPI anterior, esta Casa, com um grupo de Parlamentares, já levantaram. E o que nos assusta, Sra. Luciana, é que isso só vem aumentando. Parece-me, quero pedir desculpas se estou equivocada, que o aumento e as notícias estão apenas como fatos na imprensa, e que isso não está de concreto na sociedade ou nas autoridades do poder público constituído de todas as esferas do Governo.

Por que eu digo isso? Porque o turismo é uma fonte de riqueza para o Município, uma região extremamente importante. E um tipo de turismo desta forma onde se exploram crianças e adolescentes e outras modalidades que estão se criando agora, ele é muito mais rentável, ele envolve atravessadores e ele envolve muito dinheiro, pelo imaginário de quem vai participar deste tipo de turismo. Pode ser até que em alguns momentos eles pesquem alguma coisa, mas, com certeza absoluta, há outras práticas, porque senão nós não estaríamos repletos de denúncias nos veículos de comunicação e nós temos que nos preparar e nos fortalecer para combater.



Então, nós precisamos, esta Comissão precisa efetivamente dos dados porque ela precisa apontar soluções. E aí vem a minha primeira pergunta, que se refere a esta parceria com o Governo Federal dos seminários. A minha pergunta é: quando aconteceu essa parceria, qual é o volume de recursos financeiros e por que só agora o primeiro seminário?

Para o nosso Capitão-de-Mar-e-Guerra eu gostaria de perguntar se das 21 mil embarcações que foram inspecionadas de rotina, se o senhor tem, ou se a Marinha tem — se o senhor não tem agora, poderia nos disponibilizar —, quantas dessas embarcações, num momento de uma inspeção de rotina, tiveram características e naquela embarcação estavam acontecendo atos de exploração de crianças e adolescentes?

Por que eu coloco isso? Porque muitas vezes é numa inspeção de rotina que a gente pode descobrir. E que convênios deveriam ser feito, com que órgãos deveria ser feito um convênio para que, na suspeita, pudesse agir com mais firmeza, se fosse o caso, ou a CPI poderia participar com relação até a alteração da legislação, se é que a Marinha fica limitada. A gente sabe de todas as dificuldades da extensão de recursos humanos, das dificuldades de materiais e equipamentos, mas se teríamos dados com relação a este volume na rotina que apresentaram. Porque que ele existe, ele existe. Que ele envolve pessoas influentes, eu não tenho a menor dúvida. A gente só não sabe dizer quem, como, quando e onde, porque as matérias e os próprios acompanhamentos, a gente sabe da força e da pressão que algumas estruturas exercem sobre as demais.

E aí vem mais uma pergunta para a Luciana, com relação aos Conselhos Tutelares, à interface entre os vários órgãos do Governo Estadual e dos Municípios da região. Qual é a integração, qual é a troca de experiências? Ou estamos num País onde sabemos que existe, mas preferimos fazer de conta que nada está acontecendo. Porque os Conselhos Tutelares, os Conselheiros são eleitos, nós sabemos os modos como está acontecendo o processo eleitoral dos Conselheiros, onde está se utilizando do conselheiro até como uma disputa política. Agora há processos de eleição de conselheiros que têm conselheiros com santinho. Então, se isso também lá não possa estar representando a não tomada de decisão por estar representando determinado segmento? Ou por um segmento importante da



sociedade ter ajudado aquele conselheiro que é legítimo membro da sociedade, que ele nem tem informação ou noção de que está servindo de veículo para, ou de instrumento, melhor dizendo, para permitir ou não tomar uma atitude perante as situações que ele vem enfrentando.

Porque, gente, a situação de pobreza já deixa as pessoas em extrema vulnerabilidade. Eu não consigo imaginar que a gente precise, primeiro, sair da extrema pobreza, porque a gente está avançando, mas vai ser difícil. Mesmo que isso seja a única forma que a gente tem, nós temos que punir. Essas embarcações devem ser apreendidas. Quanto tempo demora o Ministério do Turismo para cassar o registro de uma embarcação que já está sendo fiscalizada? Deputada Erika, nós precisamos, se for necessário, a nossa Comissão ir até o Ministério ou pedir que eles venham aqui, convidá-los, para que, nesses processos que envolvam exploração de crianças e adolescentes, o registro no Ministério seja suspenso imediatamente e esta embarcação apreendida. Ou seja, ela não pode mais estar fazendo nenhum tipo de atividade, nem que fosse retornar para a atividade lícita, porque aí nós estamos mexendo num lado sensível desses homens que fazem esse tipo de exploração, que é mexer no patrimônio. Porque, enquanto nós ficarmos aguardando meses e meses, quantas crianças estão sendo introduzidas, aliciadas e levadas para esse tipo de turismo? É triste dizer o termo turismo sexual, mas é a exploração por parte dos turistas, quer sejam eles brasileiros ou estrangeiros, as nossas crianças e adolescentes muitas vezes, elas sendo a vítima efetiva que elas são, porque quem ganha o dinheiro é o dono da embarcação e o dono da empresa de turismo. Elas, no máximo, ganham uma pecinha de roupa para se apresentarem melhor conforme for o porte e a condição socioeconômica desses turistas.

Então, nós precisamos, efetivamente, do apoio do Estado, dos órgãos do Estado, porque a intenção desta Comissão não é apontar se o poder público está falhando mais ou menos aqui ou ali. É dizer como que nós podemos, enquanto Parlamentares, ajudar na construção e no aperfeiçoamento da legislação vigente, mas também cobrar de todos os órgãos públicos, quer seja esfera municipal, estadual e federal, para que as ações saiam do papel.

Deputado Luiz Couto, Deputado Jean, eu confesso que saio daqui de mais esta CPI hoje com uma sensação muito triste, de que a gente não quer o



enfrentamento de um problema tão grave. Ou seja, é melhor a gente imaginar que isso não existe do que a gente conseguir dizer: Olha, nós temos problemas, sim, nós precisamos de efetivo para resolver, nós precisamos de políticas públicas mais eficazes, porque as que estão aí não estão dando conta, porque isso está interessando alguém que, com certeza absoluta, não são os Parlamentares, não são as instituições que buscam desenvolver as políticas, mas é um degrau um pouco mais acima que fica difícil a gente até pronunciar o que deveria ser dito, porque é constrangedor.

E agora eu entendo por que um colega Deputado meu disse que participou da primeira Comissão e não iria participar desta, porque o que ele viu, ouviu, com pouca mudança de comportamento e da aplicação da lei e da punição a quem de direito, não permitia que ele viesse novamente para esta CPI, em função de se tratar de crianças e adolescentes que estão em situação de risco, porque elas estão vulneráveis.

Qualquer aceno com uma bala, eu diria, as leva a uma expectativa de uma vida melhor. Tomara que, de novo, a imprensa nos ajude agora com esta nova novela das 8 mostrando o sofrimento de quem está do outro lado. Porque a gente só vai conseguir enfrentar este problema quando a gente se colocar no lugar destas meninas, dessas adolescentes, destes meninos e destes adolescentes e dos seus familiares, porque, enquanto a gente ficar como expectador imaginando apenas e não podendo ajudá-los, talvez não mude, talvez o País agora venha a se comover vendo as meninas sendo exploradas e aí a gente consiga fortalecer a política.

Mas nós precisamos admitir que ele existe, porque ele existe de fato, senão nós não teríamos milhares e centenas de reportagens e não teríamos o que a gente tem inclusive nas redes, na Internet. E temos que nos preparar muito fortemente, porque tem muita gente vindo para a Copa do Mundo na lógica de que, além de ver os jogos, vai poder desfrutar das nossas meninas, das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) – Obrigada, Deputada Carmen Zanotto.

Passo a palavra ao Deputado Jean Wyllys.



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sra. Presidenta, mais uma vez obrigado por ter conseguido aquela intervenção.

A Deputada Carmen Zanotto tem razão quanto à importância desta CPI, e é exatamente por esta CPI ser importante que nós, membros da CPI, precisamos tomar certos cuidados conceituais importantíssimos, para avançarmos nessa luta. O primeiro é o de distinguir prostituição de exploração sexual. Este é o primeiro ponto básico.

Acho que a gente não pode aqui reproduzir preconceitos, senso comum, tampouco histeria de massa acerca desse assunto, caindo na criminalização da prostituição, que não é crime. Prostituição é uma atividade praticada por uma pessoa adulta e capaz. É consciente. Então, a primeira coisa que a gente precisa distinguir é prostituição de exploração sexual. Exploração sexual é crime, principalmente quando cometida contra criança e adolescente, a prostituição não.

Então, eu acho que a gente precisa ter um cuidado aqui nos termos utilizados. As redes de prostituição existem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Deputado, é que a matéria fala disso aqui, mas, na realidade, são crianças e adolescentes. Eles é que usaram o termo errado, porque a matéria diz profissão...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS – Eu sei, Padre, mas nós precisamos corrigir inclusive as matérias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu corriji, coloquei exploração sexual.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Corrigir inclusive a imprensa, porque isso é um problema, por exemplo, numa outra luta que a gente enfrenta aqui, que é garantir direito das profissionais do sexo, garantir a dignidade dessas pessoas.

A prostituição não tem a ver com exploração sexual de crianças e adolescentes. A exploração sexual de crianças e adolescentes é um crime e a gente precisa distinguir. Da mesma maneira, precisamos distinguir o tráfico de pessoas, que é uma coisa terrível, seja para fins de exploração sexual, seja para fins de trabalho escravo, do direito de ir e vir, inclusive das prostitutas.

E, nesse sentido, já que a Deputada Carmen Zanotto falou da novela das 20 horas, a própria autora da novela tem uma sensibilidade ao tratar desse assunto. Há mulheres que querem ir por livre e espontânea vontade viver da prostituição lá fora.



É um direito dela. Ela só não pode ser escravizada, ter o passaporte retido e ser explorada sexualmente. Então, essa distinção é fundamental.

Depois o Padre tratou de uma questão que também é delicada e entra numa seara que a gente precisa também fazer distinção.

Nós sabemos que há casos, sim, de garotos, de adolescentes homossexuais que têm sido aliciados para redes de exploração sexual como travestis, não só no Brasil, em São Paulo, mas em outros lugares, em outros países também.

É importante lembrar, para que não haja uma confusão, que esses meninos não são obrigados a praticar a homossexualidade. Não verdade, são garotos que já são assexuais e a situação de homofobia vigente onde eles vivem acaba colocando-os em uma situação de vulnerabilidade, de expulsão de casa, e eles encontram acolhimento nessas redes de prostituição. Porque quando a gente não faz essa distinção a gente incorre na criminalização não só da prostituição, da própria homossexualidade.

Bom, que há exploração sexual de crianças e adolescentes isso é fato. A CPMI, realizada antes desta CPI, apontou isso com dados muito concretos. Então, não há como negar.

A gente tem que se perguntar, na verdade, por que o súbito interesse dos Estados Unidos, porque essa também é uma pergunta a se fazer. Por que o súbito interesse dos Estados Unidos em denunciar, em chamar a atenção para a exploração sexual de criança e adolescente no Estado do Amazonas, por exemplo, na Região Amazônica de uma maneira geral? Porque esse interesse?

No último domingo, o programa *Fantástico* fez uma matéria sobre exploração sexual de meninas na Rocinha. Na Rocinha, ou seja, ali, ao lado de São Conrado, entre a Gávea e São Conrado, Zona Sul do Rio de Janeiro, aos olhos de todo mundo. E a observação é: bom, se existe na Rocinha, é óbvio que existe também em Manaus. É claro que existe. Não se trata de negar, nem podemos negar, mas de reconhecer e enfrentar.

E a minha pergunta é para você, Luciana: Com esses dados levantados não só pela CPMI, mas pela CPI agora, esses dados levantados pelo Vereador e toda essa conversa aqui, você acha que há ambiente para políticas públicas de enfrentamento que envolvam os atores, a sociedade que devem estar encarregados



da proteção da criança e do adolescente, por exemplo? Você acha que a partir de agora haverá um interesse do Governo do Estado, da Prefeitura, dos Conselhos Tutelares, do Governo Federal, através da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria da Mulher, da Secretaria da Igualdade Racial, ou seja, de todos os órgãos de Estado que têm interesse no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, de enfrentar esse problema? Porque negar não vai poder negar. E aí envolvendo, inclusive, também a própria AMAZONASTUR?

Esta é a pergunta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós inclusive temos quórum regimental. Nós vamos, em seguida, aprovar... Nós temos alguns requerimentos em pauta, nós vamos discutir e deliberar sobre os requerimentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sra. Presidenta, só para que o Deputado Jean Wyllys... Primeiro, não tem qualquer conotação... Ou seja, a prostituição...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, o Deputado Luiz Couto apenas leu o título da matéria. Não quer dizer que ele coadune dessa...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas aí, mesmo se tivesse... O caso lá não era, quer dizer, era um caso de propaganda, que muitos nem sequer... ou seja, de forma, ou seja, dizer: aliciamento. Então, não era questão da Paraíba, inclusive está lá investigado, foi colocado lá pelo Promotor de Justiça. Que agora ele diz o seguinte: que não é apenas... Agora mudou. Por causa da crise na Europa, estão mandando para o sul maravilha. Ou seja, na realidade, eu sempre digo: nós falamos: com crianças e adolescentes não existe prostituição, existe exploração sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Claro.

Então, nós vamos passar para o Capitão de Mar e Guerra. Antes disso, eu só gostaria de fazer uma consideração, para que pudesse também ser avaliada e, se possível, respondida.

A primeira coisa é que o que estamos sugerindo é que a Capitania dos Portos, particularmente numa região que contém muitos rios, uma região onde a utilização do barco é muito constante e com esse número de denúncias, que a Marinha possa ter uma posição mais proativa, que ela não fique apenas no aguardo de ser demandada por outro órgão, mas que ela possa... E é nesse sentido que nós



demos o exemplo da Polícia Rodoviária Federal, que tem uma posição proativa, inclusive capacitando os seus próprios profissionais nessa perspectiva.

O senhor dizia que os profissionais da Marinha que fazem a inspeção, via de regra, não são capacitados para identificar ou não têm como hábito ou não têm como formação a identificação de situação de exploração sexual.

Nós estamos sugerindo — e vamos, obviamente, fazer isso ao término dos trabalhos da CPI —, mas estamos sugerindo que haja uma capacitação, e não só que haja essa capacitação como a Marinha, pela função da Capitania dos Portos, cuja função precípua é de fiscalizar... Nós sabemos que existem outras instituições que fiscalizam e que a fiscalização é muito difícil na região. Nós não negamos isso. Exatamente porque ela é difícil é que precisa haver um diálogo entre os diversos órgãos que tenham como função a fiscalização e é preciso ter uma postura que seja uma postura mais proativa, uma postura onde a Marinha possa ser mais determinante no processo de fiscalização, porque com esse número de denúncias... Aqui nós vemos, a Marinha não detectou, ou não conseguiu detectar, nenhum tipo de situação de exploração sexual de crianças e adolescentes nas suas inspeções.

O segundo aspecto que eu gostaria de realçar é o que diz respeito à invisibilização. Quando você invisibiliza o fato, você cria dois problemas: um deles é que você não o combate, não o combate porque você nega, nega a existência. O segundo é que você naturaliza a existência. Então, quando eu invisibilizo, eu alimento a impunidade e esse processo naturaliza a situação de exploração sexual, porque eu não reconheço enquanto tal. Então, estou naturalizando a sua existência e, portanto, é extremamente danoso.

E o último aspecto, que é decorrente desse processo de invisibilização e, obviamente, impunidade, porque você não combate o que você nega, é o fato de você acabar responsabilizando as próprias vítimas pela situação de exploração sexual, que é o topo da cadeia de vitimização das crianças e adolescentes que são vítimas de exploração. Essa cadeia de vitimização, o último aspecto dela, é a culpabilização das próprias vítimas pela situação de exploração sexual, porque eu não reconheço enquanto fato, eu não reconheço enquanto problema social e, a partir daí, eu acabo por responsabilizar e culpabilizar a próxima vítima. Então, a postura é muito, eu diria, que não contribui para que nós possamos adentrar o



marco civilizatório, que não vamos fazê-lo enquanto nós tivermos situação de exploração sexual de crianças e adolescentes existindo no Brasil, sob os seus mais variados aspectos.

Então, portanto, é muito ruim que nós tenhamos uma postura que é uma postura de certa forma de negação, de negação... E aí você se desresponsabiliza também. Nós não estamos dizendo que nem a Capitania dos Portos nem a AMAZONASTUR são culpadas pela situação de exploração sexual, mas têm que ter... Não são responsáveis pela existência da situação, mas são responsáveis pelo enfrentamento da situação de exploração sexual. São responsáveis, corresponsáveis, são responsáveis, como tem vários segmentos e vários sujeitos que também são responsáveis, numa cadeia de responsabilização importante para que se possa fazer o enfrentamento.

Então, não vi nenhum tipo de programa. Seminários, por si só, são insuficientes enquanto única política, porque me parece que é a única ação a ser desenvolvida. E nós temos a possibilidade de um recrudescimento da exploração sexual com os grandes eventos que o Brasil sediará. Esta Comissão vai discutir isso. Nós devemos fazer um seminário, no próximo ano, para discutir a questão do turismo sexual e a sua relação com a realização dos grandes eventos, mas me parece que é uma postura que não contribui na perspectiva de que nós possamos desconstruir.

Por fim, nós vamos convocar o Vereador. Se o Vereador foi convidado, ele não veio, nós vamos convocar. Não podemos fazer essa apreciação hoje. Nós vamos apresentar o requerimento e vamos apreciar na próxima reunião, como prevê o nosso Regimento. Mas nós vamos convocar o Vereador, porque existe uma contradição.

O Vereador disse que existem dados levantados pela própria AMAZONASTUR que aqui foram negados. Não existem dados, segundo a representante da AMAZONASTUR. Então, existe uma contradição de informações. Se não existem dados, para mim é muito ruim isso, porque significa que você não tem um estudo ou um levantamento que possibilite uma ação mais incisiva para que o turismo sexual não exista a partir do turismo de pesca.



Um aspecto: aqui nós vimos pelas reportagens que são grupos de homens que vêm para fazer turismo de pesca — grupos apenas de homens. Nós temos uma discussão sobre os voos fechados que vêm, voos *charters* que vêm apenas com homens, que precisam ser mais bem investigados, ter uma maior apuração quando vêm de fora do Brasil para o Brasil. Então, assim, turismo envolvendo apenas homens teria que ter uma investigação.

Eu vou apenas reafirmar que o caso que nós analisamos aqui, que foi também de voadeiras que naufragaram, é uma história que se repete, porque são embarcações, parece-me, pouco seguras, porque quando temos a notícia de que elas naufragam... E a partir daí se descobriu que aquelas meninas estavam vindo de um programa de exploração sexual, tinham sido contratadas nesse sentido. Mas é muito importante que nós possamos ter uma ação na perspectiva de fazer uma investigação com maior profundidade, para que nós possamos evitar que nós tenhamos fatos como esses. Embarcações inseguras que, via de regra, naufragam. E, ao naufragarem, você descobre ou se desvenda uma região, na região de Barcelos, do Rio Negro, onde tem muito turismo de pesca, muito turismo de pesca, também é de onde vêm as denúncias de exploração sexual, via de regra, que são programas que são contratados por aliciadoras. Então, é muito importante que a empresa de turismo responsável pelo turismo estadual possa ter levantamentos e ter dados na perspectiva de fazer o enfrentamento a esse nível de violação de direitos a crianças e adolescentes.

Eu vou passar, então, para o Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo César Machado, que é Capitão dos Portos da Amazônia Ocidental da Marinha do Brasil.

E passo depois para a Sra. Luciana Vieira de Souza, que aqui representa a AMAZONASTUR.

O SR. PAULO CÉSAR MACHADO - Bem, eu gostaria... Antes de fazer algumas considerações sobre alguns pontos que foram tocados aqui, questionados, eu vou contar só uma rápida história aqui.

Como falei anteriormente, fui Imediato do Navio de Assistência Hospitalar Carlos Chagas. Já se vão 16 anos. Assumi esse cargo em julho de 1996. Logo em seguida, eu fiz uma viagem de assistência hospitalar para o Rio Juruá, que é um rio muito distante de Manaus, é um rio extremamente pobre. E o primeiro lugar aonde



nós paramos o navio, nós abarrancamos, para fazer assistência hospitalar. À noite eu estava andando pela cidade. Eu fui numa cidade chamada Juruá, o mesmo nome do rio. À noite, eu fui abordado por duas meninas. Uma menina que se dizia ter 11 anos, mas tinha corpo de 8, 9 anos, assim, e uma menina um pouco mais velha. E essa menina pequena, eu lembro até hoje o nome dela. Chamava-se Intelvina. Nunca mais esqueci o nome dessa menina. Perguntei o que elas queriam. Elas queriam remédio. Então, eu fui com elas próximo ao navio, chamei o médico. Elas queriam xarope, remédio analgésico e tal. Demos remédio para elas. Despedi-me, só que, quando saí andando, elas continuaram atrás de mim. Aí eu perguntei: *“Menina, o que que você quer?”* Aí a amiga dela, mais velha, falou assim: *“Ela quer você.”* Quer dizer, uma menina dessa idade me abordando. Ela não queria dinheiro, nada. Ela queria simplesmente fazer sexo comigo por questão cultural, de abandono.

Então, o que eu queria colocar nessa historinha rápida que eu contei é que tem muitas regiões da Amazônia — a gente está falando só de Manaus —, muitas regiões da Amazônia em situação de extremo abandono. A Marinha é presença do Estado em locais aonde ninguém mais vai. Não é só com a Capitania não! São os nossos navios da Flotilha do Amazonas. Então, a Marinha presta um serviço de presença do Estado em muitos locais da Amazônia.

Deputada, eu queria contar só essa história, para os senhores verem que a Marinha não é insensível a esse problema, de forma nenhuma. Bom, então, esse caso realmente é lamentável.

Agora, passando para algumas considerações, nós, só para situar, nós não temos na Marinha essa classificação de embarcação de turismo. Nós temos embarcações de carga, embarcações de passageiros. Nesse caso, essas embarcações que fazem atividade de turismo, elas são para a gente embarcações de passageiros, como outras, e elas têm que se registrar como atividade de turismo no local, no órgão adequado. E, ao contrário do que se está passando a impressão aqui, não sei, é de que a atividade de turismo na Amazônia só tem esse cunho sexual... Não é não! Eu diria, como uma pessoa conhecedora da região, que tem muitas embarcações, muitos proprietários de embarcações, muitas empresas sérias na Amazônia que realmente fazem turismo, chamam estrangeiros, chamam famílias.



Realmente, fazem turismo sério na Amazônia. Esses criminosos aí são uma porção, diria, menor à parte da atividade de turismo na Amazônia.

Em relação às nossas fiscalizações, como eu falei, dei a estatística deste ano, que já foram até o final de setembro quase 21 mil embarcações abordadas, nós não tivemos em nenhuma dessas abordagens indícios de exploração sexual. Se tivéssemos, mesmo que a gente não pegasse na hora, certamente iríamos receber a denúncia, a gente ia encaminhar. Porque as embarcações de Manaus saem, e a gente não acha, às vezes... a gente não consegue achá-las navegando, mas em seguida a gente vai pegá-las quando elas voltarem para Manaus. Então, até o momento, eu não recebi nenhum indício nessas fiscalizações de exploração sexual.

E a atividade da Marinha é proativa sim! Nós fazemos fiscalizações, só que nós não temos encontrado indícios. Sabemos que existem? Sabemos que existem, mas nós não encontramos indícios. O que acontece? Como falei anteriormente, a Amazônia é um mundo. Quem quer se esconder vai se esconder, não vai sair à luz do dia, (*ininteligível.*) Vai sair escondido, vai sair à noite, vai ficar lá no lugarzinho esperando vir uma voadeira com meninas. E é isso o que vai acontecer.

Então, eu estava vendo essas denúncias aqui que me foram passadas, na verdade são denúncias vagas. Não adianta, com essa imensidão da Amazônia, você esperar que você vá pegar as pessoas que estão mais ou menos escondidas com a fiscalização simples, com a fiscalização rotineira. Isso não vai ocorrer. Diz assim: “*Ah, teve um barco aqui, tem motéis, tem empresas...*” Que empresa? Que motel? Que barco? Que dia foi? Da onde saiu? Ninguém diz isso.

Então, eu acho que para a gente conseguir ter uma ação efetiva, Deputada, nisso, a gente tem que ter informações corretas, tem que ter uma operação de inteligência. Digo: “*Olha, tem esses barcos aqui, que saem de tal lugar. Olha, tem a informação de que o barco tal vai sair no dia tal e lá na frente deve embarcar meninas*”. Como a gente faz na nossa atividade de fiscalização algumas vezes. A gente recebe denúncia de que uma embarcação vai sair irregular, na calada da noite. A gente vai para lá, fica escondido. Quando ela começa a navegar a gente pega ela e apreende. Então, é isso que tem que acontecer nessa questão do turismo sexual. Ficar fazendo fiscalização rotineira não vai pegar, porque eles andam escondidos. A minha sugestão é que, além da fiscalização, tenham ações



coordenadas, com inteligência, sabendo quem, que horas e quando. Aí a gente vai conseguir pegar. Dessa forma rotineira... Não é questão de ser ou não ser proativo. A Marinha é proativa, só que não consegue pegar. Nós não temos indício disso.

Em relação ao convênio, a Marinha é aberta. A Marinha tem vários convênios. Obviamente, os convênios federais são feitos via Ministério da Defesa. Desce o Gabinete de Comando da Marinha e vem descendo até a ponta de lança, que somos nós, a Capitania.

Então, fica aqui a minha sugestão. Se for solicitado um convênio à Marinha, que seja solicitado um convênio com ações coordenadas, ações com inteligência, que atividades rotineiras não vai se conseguir pegar. E isso estou falando por experiência própria no nosso trabalho lá do dia a dia.

Eram esses os esclarecimentos que tinha a fazer.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu só gostaria de fazer também um esclarecimento que em nenhum momento aqui se disse que todo o turismo de pesca é um turismo sexual. Enfim, foi dito que há uma série de denúncias e indícios e até comprovações, pelos casos que foram aqui pontuados, de que se utiliza o turismo de pesca para fazer turismo sexual. Mas é óbvio que nós não estamos... E ninguém falou isso aqui, nenhum Deputado expôs dessa forma.

E o segundo aspecto é que nós avaliamos que é preciso fazer também um processo de inteligência, uma investigação, onde se utilize as condições que se têm, que já deveria ter sido feito, porque não é de hoje. Eu dei um exemplo aqui de um caso que aconteceu envolvendo o Presidente da Câmara de Brasília em 2004 — 2004, são 8 anos. É muito semelhante. Parece que é a mesma coisa desse que foi divulgado agora em 2012. Voadeiras com meninas, com aliciadoras, enfim, que foram fazer programas. Enfim, é a mesma coisa, é a mesma coisa. Sem data, nós vamos ter a impressão que se está relatando um fato de 2004, que só foi descoberto porque houve esse acidente, que me parece que é comum inclusive na região, que são embarcações pouco seguras.

Então, portanto, nós achamos que é preciso que se faça, sim, um processo de inteligência, partindo do pressuposto de que o que aqui foi dito, que os profissionais da Marinha não têm a capacitação específica para identificação, como



foi dito aqui no início, da exploração sexual, que haja esse processo de capacitação para além da própria inteligência.

A Deputada Liliam sugeria — e penso que nós vamos fazê-lo, se todos e todas estiveram de acordo — é que nós possamos solicitar que isso seja implementado, e solicitar isso à Polícia Federal.

Mas agradeço à participação do Capitão de Mar e Guerra Paulo César Machado.

O SR. PAULO CÉSAR MACHADO - Só fazer um complemento ao que eu falei, porque os casos que a gente vê aqui nas denúncias, na verdade, são denúncias de situações que já ocorreram. Já ocorreram, a embarcação já virou, as meninas já morreram. Então, o que eu estou propondo, a sugestão, é que a gente faça essa atividade de inteligência para poder ter o mapeamento disso antes de acontecer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É Claro. Nós entendemos. Nós entendemos e estamos de acordo. E nós vamos sugerir isso e vamos solicitar à equipe de apoio da CPI que possa solicitar uma investigação acerca desses casos e que se estabeleça realmente um processo para que você possa determinar e identificar as redes e combatê-las, para que possamos evitar que elas continuem sendo alimentadas pela invisibilização e pela impunidade.

Eu passo, então, a palavra a Sra. Luciana Vieira de Souza, que é Chefe de Departamento de Registro e Fiscalização Estatística da empresa estadual de turismo do Amazonas, AMAZONASTUR, para que possa responder às questões que lhe foram feitas e fazer as suas considerações finais.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas antes eu gostaria de fazer uma pergunta só para Luciana, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Relatora tem a prerrogativa de perguntar a hora que achar necessário.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Antes de ela fazer as considerações finais.

Há quanto tempo a senhora trabalha na AMAZONASTUR?

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Bom, eu vou começar respondendo pelo final, então. *(Riso.)*



Eu estou no AMAZONASTUR desde 2003. Estou respondendo como Coordenadora Regional do Ministério do Turismo no Estado, diretamente no Setor de Registro e Fiscalização dos Serviços Turísticos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A senhora tem algum contato ou teve algum contato com o Vereador Elias Manoel? Ele lhe procurou ou a senhora o procurou para saber desse dossiê que a sua empresa teria?

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Não. Em momento algum, não fomos procurados pelo Vereador Elias Manoel. O que eu fiz, mediante essa denúncia, foi procurar a Secretaria de Ação Social na pessoa da Sra. Graça Prola, que é a Secretária Executiva, pedindo uma memória da reunião citada para que nós pudéssemos estar evidenciando esse registro dessa denúncia. E a mesma me colocou, respondeu-me por *e-mail*, inclusive em virtude da urgência do convite, que, como se tratava de uma reunião que era para programação da Semana do Turismo, não havia nenhum registro, não foi feita ata, não foi feita memória em relação, e nem citou a situação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, a senhora não conhece o Vereador? Nunca teve contato com ele?

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Nunca tive contato com ele.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Soube através da CPI desse fato?

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Justamente. Eu soube através da CPI a situação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tá.

Como é feito o cadastro nos hotéis e nos motéis lá do Amazonas?

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - A Lei Geral do Turismo nº 11.771, ela não contempla o cadastro dos motéis. Então, não perpassam pelo ordenamento do turismo os motéis. Nós não temos nenhum tipo de registro em relação a eles. O que nós temos são registros, obrigado por lei, dos transportes turísticos, superfície, sendo eles rodoviários ou aquaviários, das agências de turismo, organizadoras de eventos e meios de hospedagem e guias de turismo. Isso não quer dizer que... A gente ainda passa por uma situação. A lei foi feita, foi sancionada, temos o decreto que regulamenta a lei, mas, infelizmente, nós não temos uma portaria de



fiscalização. Então, os prestadores que não registram, nós não temos nem como penalizá-los. Então, é um trabalho de sensibilização, de *marketing* e de um corpo a corpo até o momento.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É. Porque o Vereador fala exatamente isso, que não há fiscalização nesse sentido.

Agora... Não, era só para saber isso. Nós vamos ter que ouvir mesmo o Vereador.

E sobre essa matéria também que saiu sobre a rede de prostituição, a Fênix, diz assim, a adolescente que foi resgatada diz assim: *“Eu fui levada a um sítio, a uma casa de prostituição próxima a um hotel em Manaus.”* Onde identificou inúmeras crianças e adolescentes que pediam ajuda para sair do local. *“Em vários quartos, cheguei a presenciar crianças fazendo sexo com adultos.”* Então, é uma questão que o Capitão está falando, de tratar com a inteligência mesmo. Nós temos que trabalhar, que fazer uma grande ação com a Polícia Federal, com os órgãos, todos esses envolvidos, até com a Capitania mesmo dos Portos, com todos vocês, pra fazer uma grande operação de inteligência, porque essas redes são muito organizadas e elas agem com inteligência, e essa área é uma área muito fragilizada, onde as crianças têm muita pobreza, muita miséria. As crianças ficam à mercê, são vulneráveis, e para serem aliciadas através até de troca de presentes, crianças inocentes. Porque é diferente das crianças de uma grande Capital, que têm acesso à Internet, têm acesso a uma série de informações que essas crianças não têm. Então, o trabalho desta CPI, nós vamos fazer uma diligência no Amazonas e já contamos com a presença dos senhores na audiência que vamos fazer lá.

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Com certeza. Da forma como eu apresentei aqui as ações do Estado...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Só um minutinho, por gentileza. Deputada, se a senhora puder desligar o microfone, porque está dando microfonia.

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - O.k.? Então, pareceu que nós não temos interesse ou algo semelhante. Olhe, eu trouxe inclusive apresentações de varias ações desde 2005, mas eu vou deixar aqui à disposição da CPI ponto a ponto de tudo o que o Estado vem desenvolvendo, de tudo aquilo de que ele vem participando. Eu não quis mais apresentar aqui pra vocês, pra plenária, até porque



eu acho que a discussão, a gente ouvir falar é melhor do que uma apresentação que eu posso deixar em documento.

Então, eu não me estendi nas ações do Governo do Estado, certo? Mas, de qualquer forma, só pra pontuar em resposta ao que a senhora acabou de colocar, uma das ações pontuais lá no Amazonas, apesar de nós não termos uma portaria de fiscalização federal que nos dê poder de fiscalizar os prestadores de serviços turísticos, hoje nós somos referência de vistoria integrada. Então, hoje se a CPI buscar informação no Ministério do Turismo, vocês vão ouvir que o Estado do Amazonas é referência em vistoria integrada. De que forma? Nós temos o Comitê de Segurança e Ética no Turismo, o qual faz ações que nós não temos o poder de fazer como turismo. E uma das ações que foram feitas em 2009 e 2010 em parceria com vários órgãos, inclusive com Polícia Civil, Federal, Conselho Tutelar, Secretaria de Ação Social, Juizado... E inclusive nos hotéis de Manaus chamados Carandiru 1, 2, 3 e 4 foram interditados de 18 a 20 meios de hospedagem, fechados, lacrados. Porque justamente foram identificados esses crimes de crianças sendo exploradas, de crianças sendo aprisionadas, de crianças sendo usadas como trabalho infantil. E a SEAS, o Programa Ame a Vida, que é do Governo do Estado, estava lá junto com o Conselho Tutelar, com todo o suporte, e fez todo o trabalho que devia ser feito. Então, esses trabalhos vêm sendo desenvolvidos em termos de parceria, sim, integrados.

E, em resposta ao que a Deputada, V.Exa. bem comentou, é interessante, sim, nós ouvirmos, é importante nós ouvirmos o Vereador nas colocações, e não só o Vereador: o Estado do Amazonas tem desenvolvido várias ações, ele tem se reunido por muitas vezes — são vários órgãos envolvidos. E é interessante ouvi-los. A própria Polícia Federal. Eu tenho certeza, eu tenho quase certeza, não é, para não dizer certeza, mas algumas situações de denúncias já estão sendo investigadas pela Polícia Federal. Seria interessante nós ouvirmos a Polícia Federal: como é que está sendo feito isso? Em que pé está isso? Está avançando? Parou onde? Por quê? O Conselho Tutelar: nós não temos nenhum tipo de interferência em termos de nomear ou de participar da nomeação de um conselho tutelar — nós, do órgão de turismo diretamente, Deputada. Mas nós conversamos com eles nas reuniões. E é como eu coloquei no início da minha fala, várias boas intenções todos têm, várias propostas,



vários programas, mas, algo, o empurra mesmo — de repente, a própria CPI pode estar fazendo isso — é o que esta faltando.

Numa próxima CPI, eu sugiro que a gente chame a Secretaria de Ação Social. Tem trabalhos inúmeros, inclusive envolvendo várias instituições, envolvendo o Comitê da Copa, envolvendo vários setores. Chame a Polícia Federal, chame os atores envolvidos nessas situações aqui de denúncia que já estão fazendo alguma coisa. A própria Secretaria de Ação Social já está com uma ação direcionada a São Gabriel da Cachoeira, agora no mês de novembro, em relação a essa situação da exploração de crianças indígenas, de meninas indígenas. Então, é interessante ouvi-los, não é? Então, eu deixo esta minha solicitação aqui, pra que vocês, na próxima CPI, precisando de nossa ajuda pra identificar quem são os atores que estão de repente desenvolvendo algum trabalho direcionado a isto aqui... Porque a gente não pode estar fazendo ação sobre ação, então, às vezes determinada instituição toma, encabeça ação, e a gente entra como apoio. Então, é interessante ouvir essas instituições.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nós vamos ouvir, sim, mas hoje era só mesmo...

A SRA. LUCIANA VIEIRA DE SOUZA - Eu só estou colocando a nível de sugestão pra próxima CPI. É só pra não parecer realmente que não está sendo feito nada.

Em relação ao convênio que foi colocado, nós temos realizado — eu citei apenas uma ação que começou este ano —, nós temos realizado já desde 2005, com o Ministério do Turismo, junto com a Universidade de Brasília, algumas ações. Nós já direcionamos reuniões pra mais de mil pessoas, para um público de 700 pessoas. Então, assim, nós estamos sempre fazendo essas parcerias a nível federal, inclusive, buscando recursos, buscando convênio, pra fazer essa ação. Essa ação do Seminário é uma ação pontual em relação já à Copa do Mundo. É um convênio direcionado pra isso em que nós vamos estar visitando todos esses Municípios, sim. Ele tem um custo de somente 120 mil reais mais ou menos. É um valor que é pra cobrir 14 Municípios, que dá pra gente... Apesar da logística, da dificuldade da logística e de no Amazonas ser tudo muito mais caro, a gente vai, através de parceiras, viabilizando projetos. E é isso que a gente está fazendo.



Em relação ao tempo... Em relação ao Ministério do Turismo, eu tenho certeza de que o Ministério do Turismo está, vamos dizer, está sempre de portas abertas. Todo o processo de... Eu encaminhei até hoje, como eu bem coloquei, somente uma situação que chegou até nós como denúncia, que chegou ao órgão como denúncia; eu a encaminhei ao Ministério do Turismo. As demais não foram encaminhadas porque não chegaram até nós como denúncia. Eu estou pegando as denúncias neste momento. Eu soube pela imprensa, mas, chegar ao órgão de turismo como denúncia, eu só tenho o registro de uma. Através da CPI que eu estou tomando como denúncia.

E o que é que nós propomos fazer, inclusive já sob orientação da nossa Presidente? Se nós temos esse órgão... Eu falei pra ela da situação em relação ao levantamento. Ela disse: *“Sim, Luciana, então, se nós não temos o levantamento direcionado pra isso, vamos fazer. Já que nós precisamos desses dados, vamos fazer”*. As denúncias estão aí, vamos mobilizar esse Comitê de Segurança e Ética no Turismo, vamos ver de que formas absorver essas informações, vamos montar um grupo de inteligência — que a própria Polícia Militar tem um grupo de inteligência —, pedir ajuda pra ver de que forma vamos coletar, vamos pegar essas informações, esses dados. Porque, como a nossa Presidenta bem colocou, sem informações, sem dados, é muito difícil. Então, o primeiro passo eu creio que é nós, realmente, fazermos, iniciarmos, criarmos, fortalecermos e chegarmos lá. O grupo de inteligência, junto com o Comitê de Segurança e Ética no Turismo, vamos levantar essas informações em cima dessa denúncia que eu estou passando pra vocês. É isso que eu vou estar colocando pra eles. E eu creio que, em cima dessa análise, desse estudo que eu vou pedir em caráter de urgência, a gente já possa trazer algo mais palpável pra próxima CPI.

É isso. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu queria agradecer. E nós vamos agora fazer uma discussão de apreciação dos requerimentos. E apenas dizer que nós vamos fazer uma audiência pública em Manaus, vamos fazer uma audiência pública em Manaus, vamos fazer uma diligência nas terras indígenas, vamos fazer uma diligência na própria cidade de Manaus. Então, essa foi uma discussão bem pontuada no que diz respeito ao turismo sexual associado ao turismo



de pesca, que será abordada ainda na audiência pública que será realizada. E, como nós fizemos uma discussão muito pontuada, nós gostaríamos e perguntamos se havia alguma ação específica da instituição que é responsável pelo turismo estadual. Parece que ainda não existe um plano de impedimento articulado pela AMAZONASTUR — foi o que nós depreendemos —, não existe um plano articulado pela AMAZONASTUR na perspectiva de enfrentamento ao turismo sexual.

Do ponto de vista das ações da área de assistência, de segurança, da Polícia Federal, tudo isso será devidamente colhido na audiência que nós faremos.

Mas eu gostaria de agradecer a presença do Capitão de Mar e Guerra, o Sr. Paulo César Machado; agradecer a presença do Almirante Roberto Bueno Júnior; do Comandante Antônio Capistrano Freitas Filho; do Comandante Silva Filho; do Deputado Edmar Arruda, que aqui está, se encontra conosco também, bem como do Deputado Luiz Couto, da Deputada Carmen, do Deputado Alexandre Leite e do Deputado Jean Wyllys, para além da presença da nossa Relatora, Deputada Liliam Sá.

Eu vou, então, agradecendo a presença do Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo César Machado e da Sra. Luciana Vieira de Souza, representando aqui a AMAZONASTUR, eu vou passar a encerrar esse item da audiência pública, deixando bastante à vontade os componentes, os nossos convidados, para que possam se deslocar da Mesa, se assim o quiserem.

Vou passar ao Item 3 da pauta. E, como há dois requerimentos de minha autoria, eu passo a Presidência ao Deputado Jean Wyllys, que é o 2º Presidente desta CPI, para que possa coordenar a votação.

E apenas gostaria de lembrar que, no próximo dia 5, portanto na próxima segunda-feira, nós estaremos realizando diligências em Pernambuco. Nós já estivemos em Pernambuco realizando uma audiência pública e algumas diligências, e nós precisamos e vamos voltar lá, em função da necessidade de termos uma clareza e uma presença da CPI no que diz respeito a alguns pontos vulneráveis de exploração sexual naquela região.

E nós vamos estar, posteriormente, informando o dia da diligência que faremos. Nós ainda estamos discutindo uma questão de logística. Nós vamos precisar do auxílio da FAB para irmos a várias localidades e estamos ainda na



discussão da logística de como proceder a essa ida ao Norte e efetivar as outras audiências públicas.

Então, passo a Presidência ao Deputado Jean Wyllys, para que possa apreciar ou conduzir a discussão acerca dos dois requerimentos. E agradeço, mais uma vez, aos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Passamos ao Item 2 da pauta.

Requerimento de nº 91, de 2012, da Deputada Erika Kokay, que *“requer a convocação, por esta CPI, do Diretor de Seleções da CBF para prestar esclarecimentos sobre os casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em escolinhas de futebol do País”*.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos, então, ao Item 3 da pauta.

Requerimento nº 92, de 2012, da Deputada Erika Kokay, que *“requer que seja convidado representante da empresa Eyeworks Cuatro Cabezas do Brasil Ltda., a fim de colaborar com os trabalhos desta Comissão no que tange aos meios utilizados na produção de vídeo veiculado pelo programa CQC, da Bandeirantes, sobre pedofilia na Internet, no último dia 20 de agosto”*.

Em votação.

Os Deputados que se...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Presidente, pela ordem. Eu gostaria de discutir e subscrever a matéria.

Eu fui autor do requerimento que provocou essa resposta da Deputada Erika Kokay, que foi muito bem colocada. O CQC, só para nós lembrarmos, apresentou uma matéria evidenciando e denunciando a prática de pedofilia pela Internet, e montaram ali um cenário com um suposto flagrante.

A intenção do requerimento que eu fiz em outra sessão era de que eles mandassem o material bruto de toda a filmagem, para que nós pudéssemos identificar os indivíduos que apareceram ali nos vídeos na Internet e o indivíduo que foi flagrado ali no apartamento com a que seria a suposta menor.



E nós pedimos também, no requerimento, que eles identificassem os meios virtuais, através da Internet, que eles utilizaram para encontrar tão rapidamente aqueles pedófilos, que foram vários em poucos minutos ou em poucas horas, acredito eu.

Em resposta, eles mandaram a resposta dizendo que teriam perdido o material, não responderam qual foi o meio utilizado, e mandaram um vídeo descabido, que é a matéria por si só, ainda com um áudio ruim, para os Deputados.

Então, foi uma resposta muito grosseira para uma Comissão Parlamentar de Inquérito — eu considero dessa forma. Então, a Deputada Erika Kokay fez muito certo em convidar a empresa a vir prestar os esclarecimentos devidos a esta Comissão. E eu quero acreditar que ela não esteja acobertando um ato de pedofilia que está sendo investigado e que foi denunciado, e também quero crer que ela não tenha fraudado uma denúncia tão séria, que está sendo investigada por esta Comissão.

Nós tomaremos as devidas providências para quaisquer que sejam as opções aqui reveladas depois dessa audiência.

Então, eu gostaria de subscrever, como autor principal do antigo requerimento, que provocou esse requerimento muito bem colocado da Deputada Erika Kokay.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado, Deputado Alexandre Leite.

Essa matéria foi controversa desde o momento da sua exibição, exatamente pela maneira como foi conduzida, como o flagrante foi montado, todas as implicações éticas e jornalísticas envolvendo essa matéria. Então, parabênizo pela sua iniciativa e parabênizo a Deputada Erika Kokay. V.Exa. subscreve o requerimento.

Mais alguém quer discutir esse requerimento? *(Pausa.)*

Então, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra?

Deputada Rosinha da Adefal, obrigado pela presença. Acabou de chegar.



Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e informo que esta CPI estará realizando audiência e diligências no Estado de Pernambuco no próximo dia 5 de novembro, segunda-feira.

Declaro encerrada a presente reunião. Obrigado à Deputada Liliam Sá.